**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA \_\_\_ª VARA REGIONAL DE \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, COMARCA DE \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**Processo nº: 000000000000000000**

**FULANO DE TAL**, já devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, por intermédio dos seus advogados que a esta subscreve coforme instrumento procuratório acostado aos autos, vem à presença de Vossa Excelência, com fundamento legal no art. 382 do Código de Processo Penal, inconformado com o R. *decisium* de fls., opor **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO,** pelos motivos de fato e de direito a seguir delineados:

***I. DOS FATOS***

Esse Douto Magistrado ao proferir a sentença condenou o embargante pelo delito previsto no art. 157, § 2°, inciso II do Código Penal Brasileiro, admitindo expressamente na fundamentação, que se tratava de caso de aplicação das atenuantes, devendo, em face de sua primariedade e bons antecedentes, ser condenado por via de consequência à pena mínima.

**II. DO DIREITO**

 A defesa, segura do conhecimento de Vossa Excelência, vem aduzir os argumentos baseados no artigo 382 do CPP que nos assegura:

***Art. 382****.* ***Qualquer das partes poderá no prazo de 2 (dois) dias, pedir ao juiz que declare a sentença, sempre que nela houver obscuridade, ambiguidade, contradição ou omissão.***

Há contrariedade entre a parte dispositiva e a fundamentação.

O magistrado deve ajustar a parte dispositiva à fundamentação, aplicando as normas pertinentes a instrução criminal.

 Embora, com isso, a pena venha a ser alterada, boa parte da doutrina admite, nos casos de contrariedade, essa possibilidade.

**III. DOS PEDIDOS**

Diante do exposto e, tratando-se de evidente erro, que seja aplicado a legislação pátria vigente, requer sejam recebidos os presentes embargos e, ao final julgado, para se declarar sentença embargada, a fim de que seja corrigido o equivoco que nela se contém, qual seja, ausência de análise da causas atenuantes na aplicação da pena, por ser medida de direito e Justiça.

Nesses Termos,

Pede Deferimento.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

[Assinatura do Advogado]

Nome do Advogado

[Número de Inscrição na OAB]